

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Gomes, Flávio

"No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX

História Unisinos, vol. 10, núm. 3, septiembre-diciembre, 2006, pp. 281-292

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866842005>

“No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX¹

“In a labyrinth of rivers, ‘furos’ and ‘igarapés’”: black peasants, memory and post emancipation in the XIX and XX centuries Amazonia

Flávio Gomes²

moreirast@terra.com.br

Resumo. Este artigo aborda as narrativas sobre memória e formação de comunidades de mocambos e fugitivos na Amazônia nos séculos XIX e XX, mais especificamente na região do Baixo Tocantins. Juntando documentação arquivística – destacadamente fontes policiais e narrativas das expedições punitivas oitocentistas – com etnografias realizadas em 1996 a 1999, destaca-se a possibilidade de analisar a constituição de várias vilas e povoados de camponeses negros, muitas das quais originadas de mocambos e quilombos na região, assim como suas vivências, articulações socioeconômicas e experiências do pós-emancipação.

Palavras-chave: mocambos, quilombos, memória, camponeses negros, Baixo Tocantins.

Abstract. This article approaches the narratives about the memories and the formation of communities of mocambos and fugitives in the 19th and 20th centuries Brazilian Amazônia. Special emphasis is given to the lower region of the Tocantins River. The text is based on historical documents, such as police records and narratives of the 1800's punitive expeditions, and ethnographic researches, carried out from 1996 through 1999. These sources made possible to analyze the constitution of some villages and towns of black peasants, many of those originated from mocambos and quilombos. It was also possible to study the villagers' experiences and socioeconomics joints, as well as the events that took place in the period post emancipation.

Key words: mocambos, quilombos, memory, black peasants, Tocantins River.

¹ Este artigo apresenta reflexões iniciais do projeto “Fronteiras, transnacionalismo e identidades: maroons, mocambos, grupos indígenas e idéias atlânticas – Brasil e as Guianas (séculos XVIII-XX) financiado pelo CNPq.

² Professor do departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do CNPq.

Algumas áreas ao longo do grande rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial. Com uma ocupação iniciada em fins do século XVII, somente no século XIX tiveram, entretanto, desenvolvimento com a lavoura canavieira, principalmente em localidades em torno do Bai-

xo Tocantins, como Cametá e Mocajuba. Com o fim do cativeiro e início do século XX parte destas regiões entrou em declínio, concentrando-se apenas na economia extrativista (inclusive seringais). Um novo período de desenvolvimento só foi alcançado nos anos 1970 com o ciclo da pimenta³.

³ Sobre escravidão e economia colonial no Grão-Pará ver: Baena (1969), Cardoso (1981, 1987), Farage (1991), Hemming (1978, 1987) e Sweet (1974).

Em termos demográficos – ao longo do século XIX e XX – a população negra sempre foi considerável. Em 1848, a população escrava da região desta vasta área (exce- tuando-se Mocajuba, sobre a qual não dispomos de dados), que abrangia as localidades de Barcarena, Mojú, Aca- rá, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Cametá, Baião e Oeiras, era de 11.199, sendo 51% (5.702) de homens. A popula- ção cativa infantil já alcançava 30% do total da população. Só em Cametá havia 4.038 cativos, ou seja, 38% de toda a população escrava da região Tocantina. Às vésperas da Abolição, em 1885 – mesmo com a alforria gradual obtida com o Fundo de Emancipação –, existiam nos municípios de Cametá, Mojú, Mocajuba, Baião e Oeiras cerca de 2.783 escravos. Além disso, havia 1.374 “filhos livres” de cativos contemplados com a Lei do Ventre Livre, que garantiu a emancipação para 1.132 negros nascidos depois de 28/09/ 1871. Ao longo do pós-emancipação, a concentração popu- lacional de negros continuaria grande. Considerando os dados do IBGE – nas áreas de Baião, Cametá e Mocajuba – havia em 1950, 33.058 “pretos” e “pardos” numa popula- ção de 53.308 habitantes, ou seja, 56%. O município de Cametá com 25.178 de “pardos” e “pretos” constituiria a maior população negra em termos relativos e absolutos do estado do Pará (Salles, 1971, p. 109-110)⁴.

No Grão-Pará, nas regiões banhadas pelo rio To- cantins e seus afluentes, como Abaeté, Barcarena, Igua- rapé-Miri, Guamá, Moju, Bujaru, Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras etc., havia desde o século XVIII uma tradição quanto à formação de mocambos, comunidades de fugitivos e des- sertores e a constituição de um campesinato negro⁵. No séc- culo XIX, com a expansão ainda maior dos contatos flui- aís – via de regra abastecimento e comércio clandestino – destas áreas com a cidade de Belém, alguns mocambos transformar-se-iam em comunidades campesinas, articu- lando cada vez mais suas práticas econômicas àquelas da sociedade envolvente. Saindo de Belém, através da baía do rio Guamá, vários rios – e o principal deles o Tocantins – seriam alcançados. Nessas áreas e circunvizinhas havia tam- bém se desenvolvido uma incipiente produção açucareira, tendo sido erguidos engenhos e engenhocas. A base da mão-de-obra escrava era a africana. Ainda que com um fôlego menor – se comparado às regiões agro-exportadoras do sudeste escravista – o tráfico de africanos para estas e outras regiões amazônicas constituiria uma realidade eco- nômica até o primeiro quartel do século XIX⁶.

Historiadores e antropólogos interessados na histó- ria dos quilombos no Brasil e nas comunidades remanes- centes de quilombos se encontram diante de desafios teó- ricos e metodológicos, menos para localizar evidências do passado e do presente; mas sim para articular as noções de *territorialidades* e migrações na formação de micro-socie- dades camponesas em várias áreas coloniais e pós-coloni- ais. Neste artigo, juntamos investigações arquivísticas com pesquisas etnográficas destacando as narrativas construí- das e reconstruídas das experiências históricas de mocam- bos e comunidades negras rurais contemporâneas nesta região amazônica.

Mocajuba e Cametá: percursos de uma memória histórica

Em Mocajuba notícias de “grandes” mocambos sur- giram no alvorecer do século XIX. No início da década de 1820, diversas expedições punitivas foram enviadas. Entre a correspondência de autoridades policiais planejando ata- ques e relatórios das diligências efetuadas se desvelam nar- rativas, imagens e descrições sobre sociabilidades e ativida- des econômicas de alguns destes mocambos. Em março de 1823, por ocasião de um ataque houve “renhido combate no mocambo a que eles se acoitavam em que fizeram mor- tos uns 16 a 20 pretos, outros feridos, aprisionados a rainha do mocambo, e mais outra que talvez seja a sua camareira”⁷. Um mocambo foi arrasado e destruído⁸. Magdalena e Hilá- ria, escravas capturadas foram interrogadas e, em seus de- poimentos, emergiram relatos a respeito das redes comerci- ais e de solidariedades que os fugitivos gestaram, articulan- do Belém aos vários rios e povoados em toda a região do Tocantins. Magdalena contou que estava no “mocambo” com “20 [de] seus parceiros” que tinham “fugido do enge- nho havia sete semanas”. Lembrou e reembrou os nomes de alguns e de seus respectivos senhores, inclusive “um preto inglês que dizia ter vindo com o General das Armas”. O líder era o preto Pascoal “que dizia ser escravo de um padre”. Mas ela não teria aderido àquela fuga coletiva. Es- taria “por ordem do administrador da fazenda [...] em um retiro acompanhada de um preto velho por causa de uma criança, que tem enchido de bobas” quando foi abordada por alguns parceiros “que já andavam fugidos” e que “lhe disseram que fosse com eles” para o mocambo. Inicialmen-

⁴ A respeito de escravidão Africana e tráfico para a Amazônia, ver Cardoso (1987), MacLachlan (1973) e Vergolino-Henry e Figueiredo (1990).

⁵ Sobre uma reflexão panorâmica a respeito das comunidades de escravos fugidos nas Américas, ver Price (1979, 1988-1989). Algumas das primeiras abordagens historiográficas apareceram em Maestri Filho (1984) e Schwartz (1987). Ver também os estudos clássicos de Moura (1972, 2001). Para o Brasil, abordagens atualizadas aparecem em Gomes e Reis (1996), Guimarães (1999) e Reis (1995-1996).

⁶ Sobre estudos de quilombos na Amazônia, usando documentação e história oral, ver Acevedo Marin e Castro (1991, 1993), Alonso (1994a, b) e Funes (1995, 1996).

⁷ Para cultura escrava e culturas da escravidão, ver Palmié (1995), Price (2003), Slenes (1999, 1991-1992) e Trouillot (1998).

⁸ Sobre os ataques aos mocambos de Mocajuba em 1823, ver APEPA, Códice 755 (1823), Ofício de 19 de março de 1823; Códice 749 (1823); Auto de averiguações de 21 de março de 1823 e Ofício de 16 de maio de 1823; Códice 764 (1823-1828), Ofício de 22 de março de 1823; Códice 754 (1823), Ofício de 24 de março, 2 de abril, 30 de maio de 1823.

te com receio “porque não tinha cometido crime algum e tinha muito doente a sua filha” os “acompanhou ao sítio onde estava os outros [quilombolas] e onde tinham já uns tijupares em terras do engenho”. Teria permanecido ali “se não seis dias” com tais “parceiros fugidos” quando acabou presa. Na ocasião do ataque ao mocambo, muitos quilombolas andavam “pelos matos a fazer madeira para uma trincheira, que já principiaram, e com [que] queriam cercar o rancho”. Tinham “espingardas lazarinhas, chumbo e muito pouca pólvora” e outros “terçados”. A aproximação da tropa foi percebida por alguns quilombolas que andavam “a castanho”. Um “preto velho” que ficara de sentinela foi morto no ataque e outros foram feridos. Quanto à vida no mocambo, revelou que se alimentava de “carne, salsaparrilha e farinha” trazida por seus parceiros “não sabe aonde”, embora revelasse que andavam “roubando” algumas canoas⁹.

Já Hilária faria outras revelações. Tinha sido também capturada no mocambo “situado nas terras do Engenho de Mocajuba” com Magdalena. Havia, porém fugido desde julho de 1822, pois sua “senhora a tinha presa de ambos os pés havia ano e meio”. Também tinha a sua própria versão quanto à “sedução” e de ter sido guiada até o mocambo. Segundo ela “passado um dia, encontrava logo nesta cidade [Belém] dois seus parceiros que andavam fugidos”. Estes a levaram para um sítio detrás da Fazenda de Jaguarari “onde se achavam já amocambados dez parceiros dela”. Escapando aqui ou acolá encontraram numa “montaria” (pequena canoa) o preto Pascoal e “que então se uniu aos parceiros dela respondente, [e] foram para o quilombo de Jaguarari”. Permaneceriam ali dois meses até serem perseguidos. Por ocasião do ataque acabariam se dispersando “fugindo então cada um para onde pode”. Hilária e mais três parceiros “estiveram onze dias sem sustento em uma capoeira de canavial”. Depois roubaram a “montaria de um tropeiro e vieram nela para as imediações da cidade, onde andaram muito tempo sem paragem certa, ora no mato, ora pelos igarapés, vindo de noite aos portos da cidade, onde as pretas lhe compravam peixe, e eles iam comprar patacas e meias patacas de farinha”. Indagada sobre nomes e locais daqueles que mantinham comércio com os fugitivos, Hilária preferiu calar. Alegava que “não sabia aquém” e que “nunca saía da montaria”. Certa vez mesmo “saindo o preto Jacinto a terra vender açaí fora preso nas quitandas” e os demais fugitivos trataram de escapar. Andara Hilária muito tempo em companhia do preto Pascoal em sua montaria [canoas] quando encontraram com os “fugidos do Engenho de Mocajuba” que os convidaram a “vir-se unir a eles” num quilombo onde tinham “uns tijupares”.

Havia, portanto dois grupos de quilombolas que se uniram: um do Jaguarari e outro de Mocajuba. A narrativa de Hilária encontrar-se-ia agora com aquela de Magdalena. Vários pequenos grupos de fugitivos e suas estratégias, fugas coletivas e contatos dos fugidos com cativos nas senzalas e em “quitandas” nas áreas de porto de Belém e a realização de comércio de regatões.

Sobre os quilombolas de Mocajuba soube-se depois que os “rolos de panos” roubados e achados nos seus mocambos foram “arrematados” em haste pública. Hilária e Magdalena conheceram o “castigo público”, pois a Junta Provisória que então governava a Província do Grão-Pará desejava que servisse de “exemplo e demonstração de severidade” quanto à punição de “semelhantes crimes”¹⁰. Ordenou-se inclusive “suspending num posto na Praça do Pelourinho, a cabeça de um dos pretos mortos no ataque ao mocambo”. Outros fugitivos presos foram processados e punidos. Além da punição exemplar o interesse maior era obter – com investigações e interrogatórios – “alguns indícios, ou presunções das pessoas que os auxiliavam com armas, ou outros socorros”. O preto Pascoal, acusado como o “Rei” do mocambo, foi processado em separado. Os mocambos de Mocajuba não desapareceriam. Pelo contrário, tornar-se-iam invisíveis, unindo-se ou dispersando-se em vários grupos de fugitivos que se estabeleceriam na região. Podiam articular mocambos com “tijupares e trincheiras”, produtores de farinha com pequenos grupos de fugitivos que pescavam e colhiam açaí e castanha. Nas ilhas, furos e igarapés – contando com o “auxílio” de regatões, tapuios, escravos e desertores – podiam estar sendo gestada micro-comunidades camponesas que integravam – na medida do possível – suas práticas econômicas às paisagens locais.

Na década de 1850, com a onda de repressão aos mocambos e fugidos levado a cabo pelas autoridades do Grão-Pará¹¹, os mocambos de Mocajuba reapareceram na documentação. Em 1851, trocas de correspondência policial já alardeavam sobre o “infeliz resultado” de diligências enviadas contra os “mocambos das matas de Mocajuba”. O fracasso agora teria sido motivado “em razão dos negros existirem em um lugar bastante feio de atacar-se com facilidade, e os ditos estarem prevenidos”. Revidaram mesmo o ataque, atirando contra a tropa, e depois escaparam pela floresta. Aos soldados foi ordenado: “queimar as casas em número de 10, quebrar os fornos e destruir o que encontraram, e retirou-se [a tropa] ficando roças unicamente”. Em fins de 1853, falava-se de “de um formidável quilombo no lugar de Mocajuba, não muito distante da Capital dessa província”. Uma expedição punitiva com “150 praças dos

⁹ Sobre a economia própria dos escravos ver Barickman (1996), Cardoso (1987) e Machado (1988).

¹⁰ Sobre fugas de escravos no Grão-Pará no século XIX, ver Bezerra Neto (1999). Sobre os significados das fugas ver ainda Franklin e Schwenninger (1999), Gomes (1996a) e Morgan (1985).

¹¹ Para uma abordagem sobre grupos quilombolas, perseguição e políticas de domínio, ver J.J. Carvalho (1996).

diversos corpos aí existentes” foi preparada. No início do ano seguinte, três escravos e um deserto “evadidos do mocambo de Mocajuba” foram capturados pelo “Tuxaua Principal da Tribo dos indígenas” da região. Através de pagamento e com “sustento de farinha e carne e aguardente” autoridades utilizavam em algumas ocasiões índios aldeados para perseguir fugitivos nas regiões do Tocantins¹².

Segundo as autoridades em 1854, ataques sistemáticos aos mocambos em Mocajuba estavam dispersando os fugitivos. Grupos maiores e mais estáveis em termos de estrutura econômica tinham sido forçados a migrarem e se dividirem, abandonando roças. A migração desses fugitivos era permanente. Estavam “obrigados a entregar-se ou mudarem de lugar”. Descobriu-se que havia mocambos “dentro de um lago coberto de alvorados de paus, e de caranaes, e outros espinhos, raízes, atoleiros”. Naquele contexto, autoridades e fazendeiros de Mocajuba chegaram a lembrar que os mocambos existentes ainda eram remanescentes daqueles atacados em 1823, quando da captura do “rei” negro Pascoal. Algumas áreas, mesmo localizadas em propriedades, estavam já há muito tempo ocupados por estas comunidades de fugitivos e suas comunidades. Diria um fazendeiro local:

Eu comprei este estabelecimento em mil e oitocentos e quarenta e três, e nesse ano depois o meu vizinho Domingos Pereira Lima, [preparou] uma diligencia com quarenta e tantos homens deste Distrito, e foi dar no quilombo, foi a diligência mais feliz que agarraram nove negros e entre estes três negras, tentou segunda vez nada fez, veio outra diligência militar, requisitada pelo Brigadeiro Marcos Antônio Brício, essa prendeu negros quantos não sei, pois nessa ocasião eu estava muito doente nessa cidade; e depois veio outra a comando do Alferes Bahia nada fez, e depois veio outra diligência comandada pelo Alferes Camargo também nada fez, agora finalmente veio esta força, comandada pelo capitão Aracathi, que apenas prenderam preto velho que eu por aqui vi passar.

O “tempo” deste fazendeiro estava marcado não por uma cronologia qualquer, mas sim pelo nome dos comandantes das expedições enviadas contra fugitivos e seus mocambos. Conseguindo informações junto aos seus escravos e fazendeiros vizinhos, descobriu-se que os habitantes dos mocambos eram “sessenta a setenta e tantas pessoas entre negros e negras”. Em outubro de 1855, o jornal *Treze de*

Maio noticiou sobre uma diligência, quando foram capturados vários fugitivos. Outros – com seus familiares – devido ao cerco, “apresentaram”-se a delegacia, como as pretas “Floriana, com um neto menor de nome Vicente” e Jacinta. Mesmo assim, no ano seguinte mais expedições foram enviadas para Mocajuba, pois “consta estar-se novamente criando nos subúrbios do lago [de] mesmo nome”, quilombos¹³.

Os mocambos e os fugitivos nunca abandonaram esta vasta região. Mais e mais rotas de fugas e “comunicações” surgiram. Três fugitivos, moradores de Mojú, tinham “fugido desde Nazareth” em 1857 e “foram para o mocambo de Mocajuba”, escapando através de “montarias” com ajuda de acoutadores, muitos dos quais homens livres. Acabariam presos antes. Entre os anos de 1855 e 1859 os mocambos de Mocajuba acabaram atacados sistematicamente com muitos gastos e despesas para os “cofres do Tesouro Provincial”. Na década de 1880, os mocambos de Mocajuba continuaram fazendo parte do noticiário da imprensa e da correspondência policial. Aqueles mocambos – ao que parece – já tinham se misturado às várias comunidades camponesas da região. Um fugitivo preso em 1881 revelou que, andando fugido há mais de três anos, ficou “homiziado” no “mocambo de Mocajuba”. Ali andara “amasiado” com a escrava Ana. Posteriormente, retirou-se do mocambo por causa do medo das mortes e espancamentos que lá ocorriam devido às rixas. Uma das quais motivada por alguém que “havia tocado fogo em um rancho que não lhe pertencia”. Os mortos eram enterrados “em um cemitério [...] dos escravos ali fugitivos”. Em 1884, a denúncia era que os fugitivos de Mocajuba ameaçavam alguns “botes” que desciam para realizar negócios, causando prejuízos econômicos para alguns fazendeiros¹⁴.

Juntamente com Mocajuba, áreas de Cametá, Baião e Oeiras – na outra margem do rio Tocantins – eram as regiões que mais preocupavam as autoridades quanto ao movimento de fugitivos e o estabelecimento de mocambos, também desde o século XVIII. Em 1780, soldados e auxiliares deslocar-se-iam para prender fugitivos em Cametá. Antes, em abril em 1774, aconteceu uma fuga coletiva, quando “sucedera fazerem os pretos de Antônio de Medeiros um levante derrubando a casa do sítio de seu senhor donde lhe roubaram quarenta e tantos paneiros, e vários trastes e armas de fogo”. Embarcariam em “botes” e iam “salvando [sic] com tiros todos os sítios que passavam de liberados e irem pelo rio Tocantins para as minas”. Em 1795, apareceram rumores de insurreição de escravos em Came-

¹² Sobre ataques indígenas em áreas de fronteiras econômicas abertas, ver Barickman (1995), Karasch (1996), Schwartz, (2003).

¹³ Sobre as conexões econômicas entre plantações e fugitivos no Suriname, ver Price (1991).

¹⁴ Ataques aos mocambos de Mocajuba na década de 1850, ver APEPA, Caixa 149 (1851), Ofícios de 8 de março, 21 e 23 de junho de 1851; Código 1251 (1854), 11 de janeiro de 1854; Caixa 183 (1854) Ofícios de 14 de janeiro e 10 de fevereiro de 1854; Documentação em Caixas (Ano: 1854), Ofício de 12 de janeiro de 1854; Treze de maio, 23 de outubro de 1855; Código 10A (1855), Ofício de 19 de setembro de 1855; Caixa 201 (1856), Ofício de 18 de fevereiro de 1856, Documentação em Caixas (Anos: 1858-1859), interrogatórios de 17 de fevereiro de 1858, Caixa 225, Ofício de 16 de fevereiro de 1861 e Documentação em Caixas (Ano: 1884), Ofícios de 29 de setembro de 1884.

tá. No regulamento do corpo de Guarda – além de patrulhas e rondas – o medo ficaria expresso na determinação para que se prestasse a máxima atenção a “alguma conversa de negros que respire a sedição e más intenções”. Rumores e medos pânicos falavam não só “de vários tumultos e convertículos [sic] de pretos”, mas também que as mulheres e filhas dos brancos – na ausência dos seus maridos – seriam atacadas e “nelas pecariam como carne no açougue”. Temores de levantes e insurreição misturavam-se-iam com aqueles da formação de mocambos e a movimentação de fugitivos. Ainda em 1795, na direção do rio Cupijó, dizia-se existir “um grande mocambo”. Em fins do século XVIII, no sítio das Pedrineiras, fugidos – índios e negros – seriam perseguidos. Não só havia fugitivos como aqueles formando comunidades e mantendo contatos socioeconômicos na região. Isso seria revelado em 1803. Um desertor “se achava amocambado com outros seis fugitivos”. Estavam nas campinas do rio Mapim em “uma ilha junta a fazenda do Capitão José de Magalhães, auxiliados pelos escravos” do mesmo. Numa diligência preparada em 1816, chamava-se atenção para a utilização de “oficiais do mato” e de se contar com “homens dos mais hábeis, e que menos falta fizessem em suas casas”. No ano seguinte, a preocupação era com alguns homens livres e escravos envolvidos em “gritarias e algazarras”. As ameaças e temores de “levante de pretos” em Cametá retornariam em 1823¹⁵. A Junta Provisória solicitaria tropas “para segurança dessa vila contra qualquer insurreição de negros”. Ao que parece houve muito mais do que rumores. As autoridades agiram rápido abortando uma insurreição em Cametá. Solicitava-se que “os outros escravos que não conceberam o plano mas que aderiram à proposta, e se propunham a executá-lo” deveriam “ser mesmo muito rigorosamente castigados para a satisfação da justiça”. Mocambos e fugitivos por perto faziam os temores de insurreições se transformarem em pânico. Ainda em 1823, foram enviadas tropas para Cametá, evitando a reunião de negros no rio Pindobal e “não podendo conseguir apreensão, que ao menos sejam inteiramente dispersados e destruídos esses mocambos que vão formando”. As instruções eram: “conter os negros em quem deve ter todo o cuidado, evitando, que façam reuniões, e mantendo os em respeito”¹⁶.

Em 1828, reclamações viriam dos moradores do rio Jacapetuba, pois se encontrava “infestado nas cabeças do dito rio de pretos fugidos unidos com alguns criminosos”. A Câmara Municipal de Cametá enviou uma petição em 1832, falando da necessidade de auxílio, principalmente

recursos para as “despesas dos transportes de embarcações ligeiras nas diligências contra os salteadores, foragidos e desertores”. Os petionários alegavam que aquela Câmara vivia “enlutada de dor e consternação vendo os seus habitantes cobertos de susto e medo”. Falavam mesmo em “teatro” dos crimes, pois se achavam “aqueles foragidos e pretos fugidos acostumados no labirinto dos rios, furos e igarapés, que formam as ilhas” da região. É possível supor que com a quantidade de fugidos na região (durante a Cabanagem o número só fez aumentar), incluindo desertores e homens livres pobres; mocambos e comunidades de fugitivos acabaram ficando invisíveis misturados com os vários regatões e povoações camponesas. Até devido à base econômica no extrativismo tais comunidades se tornaram móveis, migrando por toda a região. Em 1831, o comandante militar de Cametá realizando uma diligência no Igarapé Mathias, braço do rio Cupijó – onde se denunciava a existência de “alguns desertores e unidos a estes alguns escravos fugidos” – encontrou moradores deles que faziam “roças de mandioca pela vizinhança”. Quanto aos mocambos destacava, porém: “nada descobria e nem vestígios que motivasse desconfiança de ter ali havido pessoas fugidas; e por isso me parece falso aquela notícia”¹⁷.

Nos anos 1830, aquela região – em termos de ocupação – teria vivido de ponta-a-cabeça com a Cabanagem e as rotas de fugitivos e desertores *cabanos* denominados de “malvados”. Vários grupos de fugitivos devem ter aumentado os mocambos já existentes e formado outras tantas comunidades. Alguns nômades, outras desaparecidas com a repressão que dispersava os perseguidos. Muitas transformadas em povoados camponeses no interior da floresta e inúmeros igarapés¹⁸. Nas décadas de 1840 e 1850, os mocambos de Cametá retornariam com força total na documentação de polícia. Em 1841, nas “imediatões de Pamucú”, “vagavam escravos fugidos e alguns furtos faziam por ali”. Apareceriam, na documentação do século XIX, alguns nomes de locais onde até hoje existem comunidades negras rurais na região do Tocantins, remanescentes de quilombos. Revelava-se que os fugitivos “se acostumavam nos grandes igarapés de Tabatinga, e Tapauacú, que lhes oferecem todos os esconderijos para se ocultarem”. No “rio denominado Virauto” uma canoa de um morador de Cametá acabaria roubada por uns pretos “que se supõem ser [...] negros fugitivos”. Mocambos e fugitivos em Cametá estavam muito longe de um problema com solução. Em 1845, as denúncias já davam conta que os quilombos eram de “escravos

¹⁵ APEPA, Código 335 (1778-1780), Ofício de 7 de janeiro de 1780; Código 101 (1769-1774), Auto de testemunhas (1774); Código 512 (1794-1796), 9 de setembro de 1795; Código 285 (1794-1796), Regulamento de 9 e 12 de setembro de 1795; Código 679 (1816), Ofício de 24 de maio de 1816; Código 676 (1815-1818), Ofício de 5 de agosto de 1817; Código 404 (1823), Ofício de 17 de junho de 1823; Código 754 (1823), Ofício de 29 de março de 1823.

¹⁶ Havia tanto escravos, como homens livres pobres, tropeiros e até portugueses envolvidos nestes “tumultos” em Cametá, em 1823. Diziam as autoridades da necessidade de se “evitar as desordens principalmente de negros em que deve ter grande cuidado”. Ver: APEPA, Código 756 (1823-1824), Ofício de 6 de outubro de 1823.

¹⁷ APEPA, Código 756 (1823-1824), Ofícios de 11, 13 e 25 de novembro de 1823; Código 485, Ofício de 2 de fevereiro de 1831.

fugidos com desertores do Exército". Sabia-se da existência deles, mas era impossível destruí-los, pois não se sabia o "ponto certo e nem o número provável deles". Além disso, a "localidade do terreno é extensa". O que fazer? Teriam oferecidos algumas soluções: "uma força de duzentos homens, e fornecidos rações por dez dias, precisa-se de canoas para transporte da força operária, quanto a munição de guerra, e armamento". Uma operação de guerra como era sugerida, além de exigir muitos recursos, não era a garantia de sucesso contra mocambos. Diversas diligências e tropas com muitos soldados e suprimentos foram enviadas, conhecendo fracassos¹⁹.

Naquela ocasião, as autoridades pensavam em realizar um grande cerco, também atacando "o quilombo do distrito de Oeiras aonde consta haver grande número de aquilombados, pois eram persegui-los por todos os lados e ao mesmo tempo". Em 1858, foi atacado um quilombo entre Cametá e Anajás. Este foi um ano de muito movimento. Mocambos de Baião e Cametá seriam cercados por tropas. Eram aqueles dos "pontos Tabatinga, Tapauacú, Campos de Cupijó, e de grande campo Inambú, João Igarapé, campo do Anaueirá, cabeceiras do mesmo, e principalmente o ponto grande do seringal". Ao que tudo indica – como vemos mais adiante na memória das pesquisas etnográficas, as atuais comunidades remanescentes do Mola, Laguinho, Tabatinga, Porto Grande, Tomásia, Porto Alegre, Boa Esperança e outras nas regiões se organizaram a partir destes mocambos. Segundo a expedição de 1858, era ali o "maior ponto de reuniões dos fugitivos". Diligências anteriores tinham apenas localizados "ranchos". Trilhas e caminhos foram seguidos e a expedição foi "entranhando-se pelo centro" daquelas matas. Tropas partiram de Cametá, Baião e Oeiras numa ação conjunta. A diligência, porém, fracassou e as autoridades de Baião consideradas culpadas pela "inaptidão" e "omissão". A questão é que não havia um único e concentrado quilombo nesta região, mas sim vários mocambos – muitos misturados com camponeses e regatões – ora dispersos, ora articulados em termos econômicos e de proteção. Talvez alguns mocambos tivessem mesmo articulados por grupos familiares, de parentesco ou "manguinhos" de fugas e escapadas pelas matas, como vimos em 1823 para os mocambos de Mocajuba. Numa ocasião, próximo de Pacajá – em Baião – o capitão do mato Marcelino Rios da Rocha capturou vários fugidos, entre eles, a preta Vitória com seus sete filhos, sendo três maiores e quatro menores de 12 anos²⁰.

As ações de enfrentamento e destruição contra os mocambos do Baixo Tocantins tinham sempre resultados provisórios. Achavam "ranchos" que, às vezes, eram tão somente postos avançados de trocas mercantis dos fugitivos. Ou então a captura de um ou outro foragido que se encontrava realizando atividades extrativistas não raras vezes muito distante dos locais onde estavam localizados seus mocambos. Em 1866, foi o que conseguiu o delegado de Polícia de Cametá, após seguir os rastros de "indícios e boatos": três fugitivos capturados. No ano seguinte, a ação era dar fim aos próprios temores, pois se achava "inteiramente desvanecido o receio que havia naquela cidade [Cametá] de reaparecerem os quilombos de Itapocú, Tabatinga e outros".²¹

Os quilombos do Itapocú eram aqueles que – na segunda metade do século XIX – mais preocupavam as autoridades provinciais. Talvez por serem quilombos com um maior número de habitantes, com ranchos e "trinchérias" como aqueles que fugitivos tentavam construir em Mocajuba, em 1823. Certamente a questão não era o tamanho do quilombo ou o número de habitantes, mas sim a capacidade dos mesmos em aparecer, desaparecer e manter contatos com os vários setores econômicos da região. Comentando o resultado de uma expedição contra os mocambos do Itapocú em 1861, o delegado de Polícia Joaquim Marques Ribeiro destacaria que após o cerco "os escravos fugidos acossados dela [força militar] começaram a sair para o rio procurando apadrinharem-se". Nesse movimento, seis seriam capturados e outros sete foram "apresentar-se". Ao contrário de solução, a captura dos fugitivos desta forma mantinha intacta as redes socioeconômicas por eles agenciadas. Não fosse só isso, muitos proprietários se recusavam a arcar com as despesas das expedições de repressão. E era necessário interrogar tais fugitivos. Dois anos depois, surgiram denúncias de que "os pretos acantonados no quilombo de Itapocú tem feitos sortidos, e invadindo as canoas dos viajantes, revistando-as para roubarem". Tais atitudes – entre outras motivações, inclusive os saques e razias praticadas por grupos de fugitivos – podiam ser também ações de represálias contra os constantes cercos e expedições contra os mocambos²².

Apoios, proteção, acoutadores, denúncias, solidariedades, conflitos andavam sempre juntos. E eram provisórios. Em 1883, investigações conseguidas para se preparar expedições contra os mocambos do Itapocú revelariam um pouco das malhas que articulavam estas redes de fugitivos. Eram "informações confidenciais e fidedignas". Em Itapocú havia um "grande quilombo", com "mais de 600 escravos fugidos, e alguns desertores do Exército, os quais todos se

¹⁸ Sobre a Cabanagem, ver Salles (1971).

¹⁹ Sobre o impacto de expedições antimocambos na sociedade escravista, ver Lamur (2001). Para reflexões em outra direção, ver Ramos (1996).

²⁰ APEPA, Caixa 73 (Ofícios dos Comandantes Militares – 1814-1842), Ofício de primeiro de fevereiro de 1841; Caixa 84 (Ofício da Secretaria de Polícia do Grão-Pará – 1842-1846), Ofício de 3 de agosto de 1842; Caixa 94 (Ofícios dos Comandantes Militares 1844-1845), Ofícios de 10 de junho e 1^a de agosto de 1845; Código 12 (Livro de Registro de Ofícios), Ofício de 19 de janeiro de 1858; Caixa 210 (Ofícios da Guarda Nacional – 1857-1858), Ofícios de 23 de dezembro de 1857, 8 de janeiro, 2, 7 e 8 de setembro de 1858. Para uma reflexão recente sobre sistema de classificação racial e proprietários de escravos, ver Barickman (1999) e o estudo útil de Costa (1992).

²¹ APEPA, Caixa 281 (1866), Ofício de 11 de junho de 1860; Caixa 288 (1867), Ofício de 12 de agosto de 1867.

comunicam, e negociam com parte dos comerciantes dos arredores da cidade” de Cametá. O plano em detalhes, do início de 1883, foi preparado para destruir este mocambo e pode revelar como estava protegido, pela topografia e pelos contatos sociomercantins. Forças militares deveriam partir numa ação conjunta e coordenada, a partir do rio Anaueirá, desembarcando no lugar “Paulista”, fronteira e foz do rio Cupijó. Posteriormente seriam divididas, “desembarcando estas nos seguintes pontos: 50 restantes no ponto ‘Mangabeiras’. As tropas deveriam estar em duas lanchas. Também havia de “ter canoas com cidadãos, cruzando da boca de cima do rio Vizeu até o sítio Caripy”. O desembarque dos soldados deveria ser feito na “madrugada, para chegar-se ao romper do dia no primeiro acampamento [dos fugitivos], que é o lugar denominado Mata (indo do Itapicurú), d’ aí devem seguir para o segundo, que é denominado ‘Roção’”. A ação coordenada tinha o objetivo de cercar tanto o centro das matas como as bocas dos rios e igarapés. No rio Vizeu “de quase todas as casas tem comunicação por caminhos para o quilombo”. Alias, era fundamental “acompanhar a força todos os cidadãos que se encontrarem, para auxiliar em tudo quanto for preciso”. Dos sítios ‘Castanhal’ e da ‘Mata’ a atenção deveria ser redobrada “por conviverem os moradores destes sítios com os quilombos”.

No quilombo existem lugares bem preparados, muitas roças, muitas plantações, e muitas criações, fornos de ferro e de cobre. Os quilombolas andam fracos no 3º distrito de Cametá, encontram-se nas casas dos comerciantes com especialidade nas de meia dúzia, que são os maiores fornecedores dessa gente.

As investigações sobre os quilombos andavam próximas aos planejamentos de destruí-los. Em setembro do mesmo ano mais revelações acompanharam outros planos. O então chefe da polícia, Bruno Vieira – que já tinha sido Juiz de Direito da Comarca de Cametá – bem conhecia o problema. Asseverava desde muito a “necessidade de acabar com ele, visto ser o mesmo quilombo uma ameaça constante à propriedade e vida dos habitantes da cidade de Cametá, próximo da qual se acha situado, na distância de quatro horas de viagem, que pode ser efetuada em pequenas canoas sem risco algum”. Sua população era “perto de quinhentas pessoas, sendo quatrocentos escravos pouco mais ou menos, alguns desertores do exército e homens e mulheres do povo, que vivem amancebados com os escravos e escravas fugidas”. No alto da sua

experiência alegava que “bater” os quilombos, “inutilizando depois as suas habitações, roças, etc.” tinha “pouco ou nenhum resultado”, isto porque “voltando eles posteriormente, depois da retirada da força a organizar-se o quilombo, como já aconteceu há muitos anos”. Como no outro plano exposto em janeiro também apostava na realização de uma grande expedição punitiva com 250 soldados e três “lanchas a vapor”. Isso “para obter-se um resultado definitivo”. A estratégia era aquela muito semelhante do plano anterior: tropas divididas em pontos do rio e desembarque noturno “de maneira a formar um círculo, que certe que os habitantes do quilombo, que ali vivem disseminados”. Também todo cuidado e vigilância com os “cidadãos” da “vizinhança” para evitar, que levassem avisos aos quilombos, “com que convivem e comerciam, sendo, portanto interessados na permanência do mesmo quilombo”²³.

Muitos destes mocambos em torno do rio Tocantins tinham se transformado em micro-sociedades camponesas que acessavam outros povoados e regiões, alcançando mesmo Belém. Numa ou outra margem do extenso rio Tocantins, passando pelas incontáveis ilhas, furos, braços e igarapés²⁴.

Memórias: fragmentos, experiências e descontinuidades

Em pesquisas etnográficas realizadas desde 1996 localizamos vários povoados negros no Baixo Tocantins – especialmente entre os atuais municípios de Cametá, Baião e Mocajuba – muitos dos quais remanescentes de mocambos e vilas de camponeses do século XIX²⁵. O povoado de *Porto Alegre* localiza-se no trecho Marambira, estrada Trans-Cametá-Tucuruí, Km 45, ramal *Porto Alegre* com 4 km de extensão, sendo margeado pelo igarapé Anauerá. Em termos de jurisdição pertence ao município de Oeiras. A estrutura do *Porto Alegre* não foge a regra dos demais povoados do Baixo Tocantins e os muitos dessa zona rural amazônica: semicircular. Como base econômica assenta-se na lavoura de mandioca, complementada com aquelas de milho e arroz. Segundo os moradores “mais antigos” este povoado existe a mais de 160 anos e teria surgido com os remanescentes de cabanos refugiados. Após a Cabanagem, em 1838, alguns mestiços, tapuios e escravos fugidos ali se estabeleceram. Como eram na maioria homens acabaram “roubando” mulheres indígenas *Assurini* de aldeias próximas.

²² APEPA, Código 101 (1769-1774), Auto de testemunhos (1774); Código 298 (1776), Ofício de 2 abril de 1776; Código 631 (1825), Ofício de 4 de fevereiro de 1825; Código 1122, Ofício de 9 de novembro de 1840; Caixa 73 (Ofícios dos Comandantes Militares 1841-1842), Ofício de 20 de setembro de 1841 e Caixa 210 (Ofícios da Guarda Nacional – 1857-1858), Ofício de 23 de dezembro de 1857.

²³ APEPA, Código 228 (1860-1861), Ofício de 12 de novembro de 1861; Caixa 265 (1863), Ofício de 1º de outubro de 1863 e Caixa 401 (1883-1884), Ofícios de 5 e 6 de janeiro e 20 de setembro de 1883.

²⁴ Sobre campesinato e escravidão, ver Cardoso (1979, 1987), Gomes (2004), Machado (1993), Palacios (1987, 1998), Reis (1996) e Schwartz (2001). Para um debate internacional sobre formação camponesa em sociedades escravistas, ver o clássico Mintz (1974). Ver o resumo do debate em Cordeiro-Giusti (1994). Ver ainda Johnson (1989) e Tomich (1991).

Na mesma direção do *Porto Alegre* localiza-se o povoado do *Laguinho*. Segundo a tradição oral, este é um dos povoados mais antigos da região. Muitos de seus moradores têm parentesco com os habitantes do povoado da *Tomásia*, que se localiza nas cabeceiras de um Igarapé – originário do igarapé Itapocú – afluente do rio Tocantins. Em termos de jurisdição administrativa, a *Tomásia* pertence ao distrito rural de Juaba, município de Cametá. Sua organização espacial tem igualmente um formato circular. Segundo a memória oral local, este povoado formou-se nas últimas décadas do século XIX. O povoado do *Mola* é bem próximo ao da *Tomásia*. Igualmente pertence ao distrito e Vila de Juaba, município de Cametá. O acesso é feito apenas pela via fluvial. Localiza-se especificamente na margem direita do igarapé Itapocú. Com base na memória de alguns moradores mais idosos e também da memória coletiva da região, sabemos que o povoado do *Mola* foi formado nos últimos anos do século XVIII. Teria sido refúgio dos quilombolas do mocambo Itapocú. Sabe-se, inclusive, que é o povoado mais antigo desta região, do qual outros povoados (*Laguinho*, *Boa Esperança* e mesmo *Tomásia*) se originaram.

Do outro lado do município de Baião encontramos o povoado do *Umarizal* (conhecido também como *Umarizal dos Pretos*). Trata-se de um grande povoado, comparado a outros da região amazônica: possui cerca de 800 a 1.000 moradores. Situa-se na margem esquerda do rio Tocantins. A história da origem deste povoado é repetida por todos e se baseia nos “mais idosos”. Por volta de 1870, um grupo de escravos preparou uma fuga coletiva descendo, de canoa, a margem direita do rio Tocantins a partir de Mocajuba (hoje este lugar compreende um município do mesmo nome). Desembarcaram nesta região, na outra margem do rio, e ali estabeleceram algumas casas (mocambos). Entre esses negros fundadores são citados os nomes de Manoel Rosa, Antônio Pinto e principalmente Sinfrônio, um cativo que havia sido libertado por ter participado como soldado da Guerra do Paraguai em fins dos anos 1860. O povoado foi crescendo e o número de seus moradores aumentando – tanto a partir de mais negros fugidos como depois da Abolição com a chegada de libertos – porém, devido aos constantes ataques de indígenas, estes tiveram que migrar para as várias “ilhas” da região, quando finalmente puderam, nos anos 1920, se estabelecer propriamente nas margens do rio Tocantins.

Partindo do município de Mocajuba (margem direita do rio Tocantins) se destacam mais dois povoados. O primeiro é o de *Icatu*. Fica situado próximo aos rios Tauaré e Tauarezinho. Para alcançá-lo é necessário descer o igarapé

Putiri. Este povoado possui um formato semicircular. Suas casas ficam dispostas num extenso prolongamento (numa topografia alta, de cerca de 20 metros acima do nível do rio), acompanhando as margens do igarapé Putiri. A base da sua economia é a farinha. Neste povoado existem cerca de 20 “casas-de-forno”. Produz-se também arroz e milho. Em Icatu, notou-se em vários moradores (tanto os idosos como os jovens) as características de população de “caboclos”, misturada entre negros e índios. Segundo a tradição oral, o povoado começou a partir de um pequeno grupo de negros fugidos por volta de meados do século XIX. Houve contatos com grupos indígenas circunvizinhos. Depois da Abolição, a população aumentou bastante, inclusive, devido aos contatos entre “regatões”, seringueiros (até mesmo imigrantes portugueses), libertos etc.

Bem vizinho ao núcleo urbano do município de Mocajuba, localiza-se o povoado do *Arraial*. No período da escravidão e imediatamente no pós-emancipação, este era o lugar em que residiam os “negros”. Atualmente representa mais um bairro rural anexo a sede do município de Mocajuba. Ali encontramos os moradores negros e mestiços mais “antigos” da região, muitos deles filhos de escravos e libertos²⁵.

Em vários desses povoados, a memória sobre o seu passado e origem aparece fragmentada entre discursos de identidades reconstituídas e migrações constantes. No povoado do *Mola*, destacava-se o papel de Dona Madalena, a “velha Madalena”, como era chamada. Em 1996, com cerca de 85 anos de idade orgulhava-se de ser a mais antiga moradora “viva” do *Mola*. Sobre a memória da escravidão, remetia para bem longe. Segundo ela o *Mola* é “muito antigo” e já teria sido – “talvez” – habitado por escravos fugidos (em nenhum momento referiu-se a “quilombos” e/ou “mocambos”). Seus avôs, cavando um grande buraco teriam encontrado “uma tesoura e, depois mais fundo, uma panela de barro”. Sua filha, Dona Dalila, confirmava que os “antigos” contavam que em várias ocasiões cavaram e encontraram enterrados “pedaços de fornos e ferramentas”. Um outro aspecto para evidenciar a “antiguidade” do povoado eram as “cruzes” encontradas (“na direção do *Laguinho* acharam pedaços de cruz”, revelavam) e os relatos de seus pais e avós de que ali tinha sido um cemitério dos “pretos fugidos”.

Uma outra representação da memória sobre o *Mola* e a escravidão aparecia nas narrativas do Sr. Rouxo (Raimundo Borges), um antigo morador de *Tomásia*:

Muitas pessoas dizem que ai no Mola, no tempo do cabano, houve escravidão, foi mais gente fugida... alias

²⁵ As pesquisas etnográficas sobre as comunidades negras e remanescentes no Baixo Tocantins foram realizadas em conjunto com Benedita Celeste de Moraes Pinto e Joana Amorim. Ver Gomes (1997) e Pinto (1999, 2004). Para estudos a respeito de comunidades remanescentes de quilombos e abordagens teóricas e metodológicas variadas, ver, entre outros, Arruti (2002a, b, 2005), Bandeira (1988), Brasileiro (1999), M. Carvalho (1996), Gomes (1996b), Gusmão (1996), Leite (1996), Monteiro (1985), O'Dwyer (2002), Price (1999), Queiroz (1983), Silva (1999) e Véran (1999).

²⁶ Sobre a formação de vilas camponesas no pós-abolição nas Américas e no Caribe, ver Besson (1983), Craton (1979) e Foner (1988). Para comunidades de remanescentes no Maranhão, ver Almeida (1990, 1996).

tem muita tapera [lugar antigo e abandonado], que diziam que eram dos fugidos, tinha um lugar Chica Borges, que ela fugiu para se esconder do pega-pega. Eu acho que eram os pretos para levar pra servir de escravos, onde eles trabalhavam se encontrava espalhadas, poços castanheiro, muita plantação antiga. Ela, Chica Borges, fugiu com o marido para se esconder do pega-pega. Uns tempo desse o pessoal encontrou uma espada muito antiga, não sei com quem está, mas ainda rola por ai, na casa desse pessoal.

O Sr. “Cristóvão” relata também as histórias das origens do *Mola* e da *Tomásia*:

Olha, o Mola é mais antigo que o Juaba. É mais velho que Juaba. O Mola prende Juaba prende Vila do Carmo e vão prendendo, por causa disso o nosso Cametá [o município] era prá ser território. Itapocú [nome do igarapé] era que tinha muito acari-pucú. Ita é igual a pedra, Itapocú, acari-pucú, peixe... Mola é mesma coisa da pedra, não foi encontrada, aí é que eles colocaram o nome de Mola. Se quando eu me entendi tinha uma Olaria que pega no Mola, uma casa onde tem uma casa, que lá era uma Olaria... Do senhor dos escravos, era [a Olaria] do senhor dos escravos.

No povoado *Porto Alegre*, as guardiãs da memória local eram em 1996 três mulheres bem idosas: Dona Odóxia, Dona Jacinta e Dona Elízia. Segundo elas este povoado é muito antigo e “nos primeiros tempos” os habitantes “era tudo preto dos olhos vermelhos”. No início, havia ali apenas quatro famílias e “quase tudo parente”. Dona Jacinta (com 86 anos) dizia no tocante a história da origem do *Porto Alegre* ser “filha dos fugitivos da Cabanagem”.

As memórias (reconstruções/representações) sobre a escravidão aparecem com mais força nos povoados de *Icatu* e *Arraial*, em Mocajuba. No *Icatu*, “mestre” Bento, com 60 anos, era um dos líderes do povoado e dizia que sua avó contava a história de que “era escrava e tinha sido roubada por negros fugidos”. Outros moradores mais idosos também afirmam que ouviram de seus avós, histórias de que ali (principalmente no rio Tauarezinho) “moravam muitos índios”. Neste povoado, relatam a história da existência de “um mocambo”. Segundo os “mais antigos”, esse mocambo ficava numa ilha do igarapé Putiri. Depois da Abolição, os quilombolas mudaram-se para a beira do igarapé e constituíram novas casas. Contam também que eles sempre festejavam o “dia 13 de maio” e que até “pouco tempo”, a “festa do Putiri” era considerada a “festa dos pretos” e a “festa do Icatu” era a “festa dos caboclos”. Esta divisão teria ocorrido devido a forte

miscigenação, envolvendo negros (libertos e quilombolas), índios e seringueiros mestiços.

As imagens-memórias da escravidão e, principalmente, do pós-emancipação estavam mais presentes no povoado do *Arraial*, em Mocajuba²⁷. Recontavam histórias do “sofrimento” da escravidão. Ainda lembram das festas do 13 de maio. As festas eram os pontos chaves das lembranças. Relataram que logo depois da Abolição, o povoado do *Arraial* por ser muito próximo do “centro” do município, ficou praticamente segregado. As festas e bailes da “cidade” só eram freqüentadas por “brancos” que impediam a entrada dos “pretos”. Havia no *Arraial* muitas festas, como *Bangüês*, *Reis* e *Rainhas* e *samba-de-cacete*.

No povoado do Umarizal dos Pretos as representações em torno da memória da escravidão eram muito valorizadas. Na década de 1990, Sr. “Dico” era o guardião da memória local. Quase centenário narrava sem dificuldades as histórias da escravidão vividas por Sinfrônio, o negro fundador do povoado. Os outros moradores mais antigos do Umarizal, especialmente as mulheres, marcavam o tempo deste povoado através de outros aspectos. Até os anos 1950, este povoado estabelecia-se ao mesmo tempo em dois locais: um mais para o interior da mata (denominava-se *Umarizal do Centro*) e outros na margens do rio Tocantins (chamado de *Umarizal da Beira*). Isto porque eram constantemente atacados pelos grupos indígenas locais. Um extenso e interessante relato é feito por Dona Alegria:

Ficou aquele negócio de caboclo [índio] que matava gente, roubava tudo que a gente tinha sem para. Aí as pessoas tudo o tempo vinha pra beira (Umarizal), aí tudo veio praí. Acabou o caboclo e o governo os auxiliou. Depois alguns voltaram para lá. Era uma mata grande, eles vinham dormir aqui e passava o dia lá trabalhando. Em Joana Peres, paritá atacaram e mataram gente. A gente tinha medo. O Abonde', o caboclo flexou ele, Éh! Quando eles atacavam tinha vez eles deixavam só com a roupa do corpo. O caboclo do mato não era preciso mexer com ele mesmo. Agora eles já fazem farinha, já sabem atirar, tem até professor. O governo os auxiliou. Depois que o caboclo começou a querer atacar, tinha ocasião que a gente ia pra ilha, só que tinha, vinha de noite e voltava de dia pra trabalhar. Depois disso, que ficou grande a povoação do Umarizal. As mulheres já não iam, ficava aqui mesmo trabalhando, ia só os homens. Naquela época a gente fazia demais trabalho, tirava timbui, maçaranduba, gapuiaava, tirava Aeringa, concha. Quem mergulhava sempre era os homens, nós ia tirar, ia de barcada.

²⁷ Sobre memória do pós-abolição e comunidades negras rurais, ver Guimarães (2006), Castro (2006a, b), Castro e Rios (2004, 2005) e Slenes (1996).

Na mesma direção relatou D. Domingas sobre os ataques indígenas:

[...] eram daí de baixo donde tinha umas pessoas que quando morriam os pais queriam tomar a criança e depois que vieram para Umarizal viviam no Paxibal e depois como negócio do índio foi ficando brabo e vieram todos pra cá. Daí viemos todos, o pau foi quebrando e os mais velhos foram morrendo pra cá. Nós somos daqui, ninguém 'semo' da Angola, nós fomos nascidos daqui, os mais antigos moravam em Curuçambaba. O Sinfrônio não me lembro, ele era gente boa, ele não era nascido aqui do lugar.

Percebemos memórias fragmentadas. Discursos e enunciados étnicos também ganham novos contornos. O passado da escravidão é recriado não necessariamente pela cor da pele ou origem comum. O tema dos quilombos e comunidades remanescentes está conectado com o debate sobre a questão agrária no Brasil e mais precisamente – embora negligenciado – sobre os sentidos do pós-emancipação no Brasil.

Mais do que memória linear sobre a escravidão e quilombos, surgem, na história oral das comunidades do Baixo Tocantins, fragmentos de memórias que recuperam narrativas das experiências do pós-emancipação. Ali comunidades foram feitas e refeitas juntando tanto fugitivos da escravidão como remanescentes de cabanos, desertores militares e aqueles que fugiam do recrutamento militar do “Corpo de Trabalhadores” do Grão-Pará. Nem assim podemos generalizar, mas sim avaliar os *tempos, espaços e territórios* reconstituídos no pós-abolição e primeiras décadas do século XX. No Umarizal parte da memória cruza tanto narrativas de fugas de escravos como expectativas de libertos que serviram como soldados na Guerra do Paraguai e acreditavam que teriam lotes de terras doados no pós-guerra conforme decreto imperial, que nunca foi cumprido e acabou esquecido do temário da historiografia que analisou a Guerra do Paraguai e as políticas imperiais.

Em áreas com maior densidade populacional e com escravidão negra aparecem também memórias de segregação e constituição de espaços sociais com libertos e negros. Marcados por festas de santos e padroeiras que redefiniram espaços sociais reinventados no pós-emancipação. Nestas memórias são evocados os mesmos locais que aparecem na documentação sobre quilombos, como os igarapés Putiri, Tabatinga, Anauerá e Itapocú. Mas os habitantes mais idosos destas comunidades não falam necessariamente de quilombos, mas sim de pontos de trocas mercantis. Exatamente como o roteiro de muitas narrativas, a cronologia da origem, das memórias dos mais velhos e das modificações das paisagens retratam vilas e pequenos povoados formados a partir de feiras e pontos de trocas mercantis do início do século XX.

Por exemplo, as localidades de Porto Grande e João Igarapé, mencionadas pelos habitantes da Tomásia, Laguinho e Mola, não mais existem, mas são referidas como antigas feiras onde habitantes de inúmeras comunidades ribeirinhas comerciavam os produtos das suas roças e economia camponesa.

Não só para a Amazônia, mas também outras regiões do Brasil pós-colonial e também em áreas da Colômbia e Venezuela, talvez esta tenha sido uma das principais características da formação de comunidades de escravos fugidos e a transformação em micro-sociedades camponesas no pós-emancipação, incluindo aí a migração permanente. Ao contrário de mocambos grandes e mais estáveis como muitos do Brasil Colônia do século XVIII, surgiam pequenos quilombos formados de grupos de fugitivos, que se refaziam e se desmanchavam em pequenas comunidades organizadas por grupos de parentesco e companheiros de fugas. São estas algumas das narrativas que emergem na documentação sobre quilombos em várias partes da Amazônia. Grupos de fugitivos – muitos até com chefias e estruturas organizativas mais complexas – itinerantes e conectados com vilas, povoados, fazendas em termos de trocas mercantis.

A migração de alguns grupos desde o século XIX pode ter sido marcada tanto pelas perseguições das expedições reescravizadoras, como de ataques de grupos indígenas também em constante migração. No povoado Umarizal – margem direita do Rio Tocantins e município de Baiano – o nome da primeira comunidade era Paxibal e data de 1938 o período em que seus habitantes mudaram de lugar fugindo da perseguição indígena. Já no povoado Icatu – margem esquerda e município de Mocajuba – a população refere-se ao local antigo de Putiri e falam que a comunidade tinha contatos e era miscigenada com “caboclos” (indígenas).

Muitas dessas micro-sociedades com camponeses negros podiam ter ou não a sua formação a partir de antigos quilombos, mas tinham a experiência comum de formação de povoados com fugitivos dos mais diversos, libertos e regatões. Conformavam-se em áreas de fronteiras econômicas abertas. Muitas atualmente não estão localizadas em áreas de litígios e nem mesmo se reivindicam como remanescentes de quilombos, embora estejam expostas a expulsão e grilagem de madereiros e projetos federais de extração mineral ou desapropriação para hidrelétricas. São outros povos da floresta que reinventaram outras experiências do pós-emancipação na Amazônia.

Referências

- ACEVEDO MARIN, R.E. e CASTRO, E.M.R. 1991. *Negros do Trombetas: Etnicidade e História*. Belém, NAEA/UFPA.
- ACEVEDO MARIN, R.E. e CASTRO, E.M.R. 1993. *Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios*. Belém, UFPA.
- ALMEIDA, A.W.B. de. 1990. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras

- de Índio – Uso comum e conflito. In: E.M.R. CASTRO e J. HABETTE (orgs.), *Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. *Cadernos do NAEA/UFPA*, 10.
- ALMEIDA, A.W.B. de. (org.). 1996. *Frechal, terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís, SMDDH/CCN-PVN.
- ALONSO, J.L.R.-P. 1994a. Publicadores de la Amazônia. Cimarrones del Trombetas. *África Latina Cuadernos*, 21:59-68.
- ALONSO, J.L.R.-P. 1994b. Hijos del Rio – Negros del Trombetas. In: P.G. JORDAN; M. IZAR e J. LAVINA (orgs.), *Mimória, Creacion e História. Luchar contra el olvido*. Barcelona, p. 349-357.
- ARRUTI, J.M.A. 2002a. As comunidades negras rurais e suas terras. *Dimensões - revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo*, p. 243-270.
- ARRUTI, J.M.A. 2002b. *Etnias Federais: o processo de identificação de “remanescentes” indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em Antropologia. Museu Nacional, UFRJ.
- ARRUTI, J.M.A. 2005. Processos cruzados: configurações da questão quilombola e o campo jurídico no Rio de Janeiro. *Boletim Informativo NUER*, 2(2):77-94.
- BAENA, A.L.M. 1969. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPa.
- BANDEIRA, M. de L. 1988. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo, Brasiliense.
- BARICKMAN, B.J. 1995. “Tame Indians”, “Wild Heathens”, and settlers in Southern in the Late Eighteenth and early Nineteenth Centuries. *The Americas*, 51(3):325-368.
- BARICKMAN, B.J. 1996. “A bit of land, which they call a roça”: slave provision grounds in the Bahia Recôncavo, 1780-1860. *Hispanic American Historical Review*, 74(4):649-687.
- BARICKMAN, B.J. 1999. As cores do escravismo: escravistas “pretos”, “pardos” e “cabras” no Recôncavo baiano, 1835. *População e Família*, 2(2):7-62.
- BESSON, J. 1983. Land tenure in the free villages of Trelawny, Jamaica: a case study in the Caribbean peasant response to emancipation. *Slavery & Abolition*, 5(1):3-23.
- BEZERRA NETO, J.M. 1999. Quando histórias de liberdade são histórias da escravidão: fugas escravas na Província do Grão-Pará (1860-1888). *Estudos Afro-Asiáticos*, 36:73-96.
- BRASILEIRO, S. 1999. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: notas sobre uma comunidade negra rural no Oeste baiano. *Afro-Ásia*, 23:331-346.
- CARDOSO, C.F.S. 1979. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- CARDOSO, C.F.S. 1981. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, C.F.S. 1987. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense.
- CARVALHO, J.J. de (org.). 1996. *O Quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Salvador, CEAO/EDUFBA.
- CARVALHO, M. de. 1996. O Quilombo do Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: J.J. REIS e F.dos S. GOMES, *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 407-432.
- CASTRO, H.M.M. de e RIOS, A.M.L. 2004. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, 5:170-198.
- CASTRO, H.M.M. de e RIOS, A.M.L. 2005. *Memórias do Cativeiro: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CASTRO, H.M.M. de. 2006a. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativeiro e políticas de reparação no Brasil. *Revista da USP*, 68:104-111.
- CASTRO, H.M.M. de. 2006b. Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. *Revista de Estudos Históricos*, 37:167-189.
- CORDEIRO-GIUSTI, J.A. 1994. *Labor, Ecology and History in Caribbean sugar plantation region: Piñones (Loíza), Puerto Rico, 1770-1950*. Albany, NY. Tese de doutorado. State University of New York.
- COSTA, I. del N. da. 1992. *Arraia-Miúda. Um Estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo, MGSP Editores.
- CRATON, M. 1979. Proto-Peasant Revolts? The late slave rebellions in the British West Indies, 1816-1832. *Past & Present*, 85:99-125.
- FARAGE, N. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ANPOCS.
- FONER, E. 1988. *Nada Além da Liberdade. A emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FRANKLIN, J.H. e SCHWENNINGER, L. 1999. *Runaway Slaves. Rebels on the Plantation*. Nova York, Oxford University Press.
- FUNES, E. 1995. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. *História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.
- FUNES, E. 1996. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. In: J.J. REIS e F. dos S. GOMES, *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 467-497.
- GOMES, F. dos S. e REIS, J.J. 1996. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.
- GOMES, F. dos S. 1996a. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: E. REIS; M.H.T. de ALMEIDA e P. FRY (orgs.), *Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, p. 197-221.
- GOMES, F. dos S. 1996b. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, 1:67-93.
- GOMES, F. dos S. 1997. Gênero, Etnicidade e Memória na Amazônia: notas de pesquisas etnográficas em comunidades negras. In: M.L.M. ÁLVARES; E.F. dos SANTOS e M.A. D'INCAO (orgs.), *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém, GEPEM/CFCH/UFPA, p. 151-180.
- GOMES, F. dos S. 2004. Slavery, Black peasants and post-emancipation society in Brazil (nineteenth century Rio de Janeiro). *Social Identities*, 10(6):735-756.
- GUIMARÃES, C.M. 1999. Quilombos: classes, política e cotidiano (Minas Gerais no século XVIII). São Paulo, SP. Tese de Doutorado. USP.
- GUIMARÃES, E.S. 2006. *Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação. Família, trabalho, Terra e conflito (Juiz de Fora, MG, 1828-1928)*. São Paulo, AnnaBlume; Juiz Fora, Funalfa Edições.
- GUSMÃO, N.M.M. de. 1996. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro negro*. Brasília, MEC/Fundação Cultural Palmares.
- HEMMING, J.A.F. 1987. *The Defeat of the Brazilian Indians*. Londres, MacMillan.
- HEMMING, J. 1978. *Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, Harvard University Press.

- JOHNSON, H. 1989. The emergence of a peasantry in the Bahamas during slavery. *Slavery & Abolition*, 10(2):172-186.
- KARASCH, M. 1996. Os quilombos do Ouro na Capitania de Goiás. In: J.J. REIS e F. dos S. GOMES, *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*, p. 240-262.
- LAMUR, H.E. 2001. O impacto das guerras dos quilombolas na política populacional durante a escravidão no Suriname. *Afro-Ásia*, 25-26:61-93.
- LEITE, I.B. (org.). 1996. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina, Letras Contemporâneas.
- MACHADO, M.H.P.T. 1988. Em torno da autonomia escrava : uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, 8(6):143-160.
- MACHADO, M.H.P.T. 1993. Vivendo na mais perfeita desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25.
- MACLACHLAN, C.M. 1973. African Slavery and Economic Development in Amazônia (1700-1800). In: R.B. TOPLIN, (ed.), *Slavery and Race Relations in Latin América*. Westport, Greenwood Press, p. 112-145.
- MAESTRI FILHO, M.J. 1984. Em torno ao Quilombo. *História em Cadernos*, 2(2).
- MINTZ, S.W. 1974. *Caribbean Transformations*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- MONTEIRO, A.M. de Q. 1985. *Castaíno: Etnografia de um Bairro rural de Negros*. Recife, Ed. Mansangana.
- MORGAN, P. 1985. Colonial South Carolina runaways: their significance for slave culture. *Slavery & Abolition*, 6(3):57-78.
- MOURA, C. 1972. *Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista.
- MOURA, C. (org.). 2001. *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió, EDFAL.
- O'DWYER, E.C. (org.). 2002. *Quilombos. Identidade Étnica e Territorialidade*. Rio de Janeiro, FGV/ABA.
- PALACIOS, G. 1987. Campesinato e Escravidão: Uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, C. 1700-1875. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, 30(3):325-356.
- PALACIOS, G. 1998. *Cultivadores Libres, Estado y Crisis de la Esclavitud en Brasil en la Epoca de la Revolución Industrial*. México, El Colégio de México/Fondo de Cultura Económica.
- PALMIÉ, S. (org.). 1995. *Slave Cultures and the Cultures of Slavery*. Knoxville, The University of Tennessee Press.
- PINTO, B.C. de M.. 1999. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- PINTO, B.C. de M. 2004. *Parteira, experientes e poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- PRICE, R. (org.). 1979. *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in The Americas*. 2ª ed., Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- PRICE, R. 1988-1989. Resistance to slavery in the Americas: Maroons and their communities. *Indian Historical Review*, 15(1-2).
- PRICE, R. 1991. Subsistence on the plantation periphery: crops, cooking and labour among eighteenth-century Suriname Maroons. *Slavery & Abolition*, 12(1):107-127.
- PRICE, R. 1999. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia*, 23:239-265.
- PRICE, R. 2003. O Milagre da Crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos*, 25(3):383-420.
- QUEIROZ, R. da S. 1983. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: Um estudo de antropologia econômica*. São Paulo, FFLCH/USP.
- RAMOS, D. 1996. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: J.J. REIS e F. dos S. GOMES (orgs.), *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 164-192.
- REIS, J.J. 1996. Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, em 1806. In: J.J. REIS e F. dos S. GOMES (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, p. 332-372.
- REIS, J.J. 1995-1996. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade". *Revista USP*, 28.
- SALLES, V. 1971. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, FGV.
- SCHWARTZ, S.B. 1987. Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial. *Estudos Económicos*, 17:61-88. [Número especial].
- SCHWARTZ, S.B. 2001. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SCHWARTZ, S.B. 2003. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*.
- SILVA, V.S. 1999. Rio das Rás 'a luz da noção de Quilombo. *Afro-Ásia*, 23:267-295.
- SLENES, R.W. 1991-1992. "Malungu, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12.
- SLENES, R.W. 1996. Histórias do Cafundó. In: C. VOGT e P. FRY, *Cafundó. A África no Brasil. Linguagem e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 37-102.
- SLENES, R.W. 1999. *Na Senzala, uma Flor: "As esperanças e as recordações" na formação da Família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SWEET, D.G. 1974. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750*. Madison, WI. Tese de doutorado. The University of Wisconsin.
- TOMICH, D. 1991. Une Petit Guinéé: Provision Ground and Plantation in Martinique, 1830-1848. *Slavery & Abolition*, 12(1):68-91.
- TROUILLOT, M.-R. 1998. Culture in the Edges: creolization in the plantation context. *Plantation Society in the Americas*, V(1):8-28.
- VÉRAN, J.-F. 1999. Rio das Rás: memória de uma "comunidade remanescente de quilombo". *Afro-Ásia*, 23:297-330.
- VERGOLINO-HENRY, A. e FIGUEREDO, A.N. 1990. *A presença Africana na Amazônia Colonial. Uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Pará.

Submetido em: 29/11/2006

Aceito em: 29/11/2006